

A MAESTRIA DOS HOMENS “DE COR”: ARTÍFICES E OFICIAIS NA BAHIA DO SÉCULO XIX

Resenha de: REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA. 2012, 329p.

Alan Costa Cerqueira
Universidade Federal da Bahia¹

Ao avistarmos a arquitetura das igrejas, casarões e sobrados da cidade de Salvador, prontamente, somos remetidos ao universo dos artífices e oficiais da Bahia oitocentista. Em *A liberdade que vem do ofício*, resultado dos esforços da arquiteta e urbanista, Doutora em História Lysie Reis, algo está a ser desvendado: trata-se da atuação dos profissionais das chamadas “artes e ofícios”, de sua cultura e práticas sociais. A tônica desta obra é revelar alguns dos aspectos da inserção social e atuação dos chamados “homens de cor” na história do Brasil, a rigor, os pretos, pardos e mulatos que praticavam arquitetura em todas as suas dimensões.

Este trabalho representa o desfecho da Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e levanta a bandeira pela utilização de métodos de investigação da História Social que possa desdobrar-se “em uma educação patrimonial que observe muito além das pedras que edificam”. Publicado em 2012 pela Editora EDUFBA, o texto é prefaciado com muita elegância pela historiadora Lígia Bellini, sua orientadora, e faz parte da coleção *Temas Afro*.

O livro é devedor da História Social da Cultura, corrente historiográfica que se constituiu nas duas últimas décadas do século passado e que rompeu as fronteiras entre a História e os demais saberes pertencentes ao campo das humanidades. Em linhas gerais, Lysie Reis utiliza conceitos e sugestões metodológicas que refletem o modelo discursivo ao longo do seu trabalho, desde Michael Baxandall e os estudos baseados nos “modos de ver”, sobre a experiência refletida no ambiente social através da pintura na Itália

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, na linha de pesquisa “Cultura e Sociedade”, com bolsa fornecida pela CAPES. E-mail: alanrcq@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2087333245129537>

Renascentista à concepção de *circularidade cultural* de Mikhail Bakhtin e Carlo Ginzburg e, sobretudo, o conceito de *experiência* e *classe* emprestado do historiador inglês Edward Palmer Thompson.

O título do livro mostra bem a medida dos objetivos de Reis, no entanto as suas palavras são mais elucidativas: “Pesquisei os serralheiros, que produzem portões na cidade de Feira de Santana e os pedreiros, autores das casas do Recôncavo da Bahia. Para além de com eles aprender, desejo compreendê-los, entender suas relações profissionais, sociais e educacionais”. (p.30) Suas fontes são diversificadas: documentos da Câmara Municipal, do Governo da Província, inventários, testamentos, estatutos, regulamentos e os livros de registros de sociedade de arte e ofício que lhe concede uma visão ampla do seu objeto. O seu trabalho empírico recebe o suporte de uma refinada discussão historiográfica. A “arquitetura” do texto é composta por quatro capítulos: “Corporações à brasileira”; o segundo chama-se “As mãos negras nas artes e nos ofícios da Bahia oitocentista”; seguida de “O segredo revelado” e “Ser artífice na Bahia do século XIX: condição de classe ou de cor?”.

O capítulo primário percorre a implantação do corporativismo português “à moda brasileira”, e o “sentido do sistema de corporações de ofícios implantado na América portuguesa (...) distanciando-se do vigente em Portugal”. (p.39) Cumpre-se, aqui, a comparação de dois modelos sem, no entanto, cair no risco de conceber analogias equivocadas. A palavra de ordem é investigar a “peculiaridade” que forjou a experiência da implantação das confrarias de ofício mecânico instituída pelos Jesuítas até o nascimento do perfil profissional das corporações ao longo dos séculos. A autora opera com a hipótese de adaptação dos costumes dada às especificidades da organização dos ofícios em solo brasileiro. A insuficiente atividade fiscal, por exemplo, é o mote para observar as atuações dos escravos que exerciam ofícios ilegalmente. Na outra ponta destaca-se a ação da figura do “juiz de ofício”, sujeito-chave, eleito por seus companheiros, responsável por examinar e conceber a “carta de ofício”. O auxílio mútuo entre os juizes e os oficiais durante os “exames” que os oficiais eram submetidos é ressaltado como indicativos de *consciência de classe*. São assinaladas as continuidades e disparidades entre artífices lusitanos e os da terra, a exemplo da associação fiel dos oficiais em torno da “Bandeira” de um santo padroeiro, o que lhes conferiam o sentido de pertencimento a determinado grupo sociais.

O monopólio sobre os preços e a qualidade de artigos denominados “bem públicos” unia a Câmara, confrarias, irmandades e corporações de ofício, o que não

significa a existência de uma relação pacífica, tampouco limitavam os atos coletivos dos oficiais mecânicos e suas intervenções sobre a Câmara de Vereadores em assuntos atrelados ao aumento de preços de gênero vinculado aos seus ofícios ou a solicitação de reparos urbanísticos, por exemplo. O vetor analítico empregado para investigar as experiências dos artífices e oficiais é o conceito de *consciência vertical* desenvolvido por E. P. Thompson. Argumenta-se que os sujeitos aspiravam abrir espaços relevantes na sociedade sem lançar mão de seguir os bons costumes, isto é, se fizeram perceber como “homens rudes e honrados dos mesteres”. (p.68)

Ao longo do elucidativo capítulo 2, intitulado *As mãos negras nas artes e nos ofícios da Bahia oitocentista*, um envolvente itinerário analítico se constrói a partir do afinado trabalho historiográfico e documental que lhe permite observar os obstáculos no ingresso das “mãos negras” nas artes e no ofício. A princípio, é destacada a figura do “negro de ganho” como pivô do estímulo de certo preconceito social diante dos que exerciam ofícios das artes mecânicas, conseqüentemente vistos como inferior. Reis explica que tal fato teria relaxado as “restrições da agremiação corporativa e ampliado o mercado de trabalho, também teria investido decisivamente contra o prestígio do trabalho manual”. (p. 70) Os cativos e negros não podiam exercer tais ofícios conforme a legislação, entretanto, havia apenas uma “brecha”: era o ofício de ferreiro, que admitia negros, africanos e crioulos, e intrinsecamente estava relacionado ao saber sagrado na África. A modificação na lei é lida como o reconhecimento de sua atuação costumeira. (p. 72).

O auxílio da demografia histórica encontrada na bibliografia lhe permite ressaltar “o lugar de cada um na Bahia do século XIX”. A mobilidade social que o ofício possibilitava é avultada através dos “escravos, principalmente os da cidade, alguns poucos homens ou mulheres, tornavam-se donos de pequenos negócios até a ter escravos”. (p. 81) Obviamente, estes sujeitos necessitavam de alianças sociais para se chegar ao êxito. A autora diz não concordar com alguns autores baianos que difundiram “a ideia de adestramento (...) que muito se aproxima da ideia de imitação, preconizada por Raimundo de Nina Rodrigues”. (p. 82) Com estas palavras, se faz coro à historiografia que conferiu ao africano escravizado o papel de sujeito histórico e, ao mesmo tempo, denuncia os preconceitos que muitos historiadores demonstraram sobre o tema.

Em busca de compreender a experiência de ser um artífice na Bahia oitocentista, o *Almanaque da Bahia* – lista de profissionais das Artes e Ofícios – é eleito como observatório inicial. Reis vai além! Através de inventários e testamentos, busca-se

reconstituir a trajetória dos ofícios praticados por “homens de cor” que não apareciam no documento oficial. Esta perspectiva analítica, aos poucos, faz emergir algumas histórias de escravos que se “valorizavam” no mercado e os espaços possíveis para se galgar a liberdade através da qualificação. Em alguns casos, a exemplo do ferreiro José de nação “nagô”, estes homens acumularam bens e imóveis. Não obstante, sua análise traz à tona a tênue e recíproca relação dos senhores com os sujeitos que executavam as obras, e o papel do Estado na taxação da mão de obra cativa ligada à construção e aos ofícios. Chega-se a seguinte conclusão sobre o mercado de trabalho na Salvador oitocentista: “pela situação descrita neste capítulo não tardam a ser uma fonte de recolhimento de impostos, e o governo da província da Bahia não mediu esforços para cercar e regular todas as negociações provenientes do universo de trabalho subalterno”. (p.123)

No bojo das discussões, o fio condutor da trama do terceiro capítulo, *O segredo revelado*, são os personagens que vislumbraram na “maestria” um passo efetivo rumo à liberdade. Assevera-se que “uma compreensão mais ampla do significado da transmissão do ofício só foi atingida após entrevistar aqueles que hoje são mestres aposentados e foram, no passado, aprendizes de artífices que exerceram parte de suas atividades no século XIX”. (p. 137) Para isso, recorre-se à História Oral e, ao uso da memória como ferramentas para constatar que, através do cotidiano, os ensinamentos foram transmitidos de forma oral e ressignificados através das gerações. O traquejo da pesquisadora lhe rendeu confirmar suas hipóteses e fazer conexões entre as memórias de um de seus entrevistados e os agrupamentos cívicos em que os artífices dos séculos anteriores participavam. Em outra entrevista sua documentação é “artisticamente” enriquecida pela descoberta de ferramentas e um caderno de desenho com representações ilustradas por um “autêntico” mestre. (p. 140)

Em seguida, basicamente através da investigação minuciosa de leis, decretos e discursos públicos, temas como a insurreição dos *malês* e a instrução pública são conectadas à discussão, com boa desenvoltura. O texto mergulha nas questões que permearam as leis que aboliram a escravatura gradualmente, a exemplo da Lei do Ventre Livre e suas dimensões, dos interesses das elites senhoriais e abolicionistas. A autora também reverbera sobre o papel do Estado e os seus projetos de educação direcionados para controlar as classes “temidas”, a saber, os “vagabundos”, “enjeitados” e filhos do proletário.

Com efeito, o Estado e as instituições como a Santa Casa de Misericórdia, a Escola de Aprendizes de Artífices e a Casa Pia são analisados no mesmo certame dos discursos

políticos sobre instrução pública. Personagens curiosos como o advogado Artur Varella são incorporados à narrativa, apoiado em ideais “liberais” no afã de experiências europeias distantes do cotidiano brasileiro. Os discursos fizeram coro pela introdução de escolas agrícolas no país, mas, no fundo, reproduziram os valores tradicionais da instrução: “baseada na prática (trabalho braçal), na religião (católica) e na arte (ofício)”. (p. 162).

A nova configuração socioeconômica ditou o surgimento de modelos educativos pautados na alfabetização e no aprendizado das artes e ofícios. É chegada à conclusão de que, ao longo do império até o início da república, “houve confronto entre formas tradicionais de educação e novas práticas”. Revela a autora: os sujeitos “estavam conscientes da liberdade que a profissão lhes daria, mesmo sabendo que o Governo lhes impunha limites, oferecendo uma ocupação tão subalterna quanto sua pertença social”. (p. 198)

À guisa das discussões, o capítulo final versa sobre os significados de ser artífice na Bahia oitocentista, o que remonta a seguinte questão: “Ser e pertencer ao universo dos artífices estava associado a condição de classe ou de cor?” Entra em cena a organização coletiva e o processo de ressignificação da cultura do mutualismo entre os artífices baianos ao longo do século XIX. O cenário é envolto por “laços entre cor, classe, ofício mecânico, paternalismo e resistência”. Estes laços de solidariedade foram alicerçados pelas irmandades que serviram como “escudo” para o homem de cor.

A permanência da ideia de corporação, mesmo após sua extinção, são algumas das questões que a autora busca abarcar. No segundo quartel do século XIX, os decretos e leis se multiplicaram para impor regras às organizações mutualistas, mas as artimanhas dos grupos de artífices e oficiais não passaram despercebidas aos olhos da autora. Busca-se, portanto, compreender as táticas de resistência dos montepios – agrupamentos de socorro mútuo dos artífices – e, mais uma vez, recorre-se aos apontamentos de Edward Palmer Thompson e os pressupostos de que é na *experiência* de conflitos e elementos culturais compartilhados que se forma *consciência de classe*, “por observar, ao modo de Thompson, que foi na experiência deles que encontrei a consciência de classe”. (p.281)

Ademais, os sindicatos que surgiram mantiveram os estandartes, tiveram santos católicos como patronos, galerias de retratos emoldurados dos sócios mais notáveis, mobiliários feitos por algum associado anônimo, mas prontamente solícito às necessidades, às quais suas habilidades pudessem responder, os

discursos inflamados no acompanhamento dos enterros e principalmente ideais de ajuda mútua misturados a uma religiosidade que não foi aplacada nem mesmo com os ideais marxistas, haja vista a tríade “Deus, honra e trabalho”, estampada na maioria dos emblemas sindicais. (p.275-276)

A “Sociedade de Artes e Oficiais da Bahia” se viu obrigada a reforçar seus laços com o profissionalismo a partir da reconfiguração do mercado de trabalho e da inserção de mão de obra livre e desqualificada. O enredo percorre mudanças nos montepios, ora se transformando em associações previdenciárias, ou edificando suas bases enquanto agremiações profissionais. No esteio de atitudes desconexas, surge uma questão peculiar: os montepios eram “mutuárias ou empreiteiras?”. Conclui-se que as associações de perfil empreendedor criaram estratégias para sossegar iniciativas de revoltas e protestos na tentativa de “reforçar seu comprometimento com os poderes públicos que as legalizaram e, sobretudo, incentivavam sua organização”. (p. 243)

Não obstante, é mostrado que as associações não aceitavam o controle do Estado e não tinham o caráter reivindicatório. Contudo, na segunda metade do século XIX, é destacado que as novas agremiações passaram a utilizar denominações como “liga”, “união” e “associação”, legitimada pelo “discurso conscientizador”. Com o início da República, as organizações de artífices e oficiais se transformaram no *Partido Operário* que, logo, se firmaram como o *Centro Operário da Bahia*. Reis considera que este processo foi muito mais uma estratégia consciente que uma “involução” (no sentido teleológico). Nesta ordem de ideias, é apresentado o quadro em que os sindicatos substituíram as sociedades mutuárias e se aproximaram do anarcossindicalismo e ideais socialistas. Seu debate é com a historiografia que percebe o perfil de agremiações e sindicato baiano como “ofensivo” apenas após a Greve Geral de 1919. Para a autora, mesmo as greves de 1857, por exemplo, não foram meramente “defensivas”.

Finalmente, cabe assinalar que o enredo tramado por Lysie Reis teve êxito ao percorrer os caminhos do trabalho mecânico no Brasil, das trajetórias dos artífices negros ao mutualismo demudado em atitudes empreendedoras e, posteriormente, sindicalistas, na construção da classe. Este livro é um estímulo à preservação do patrimônio histórico e cultural da Bahia, sobretudo, em tempos de demolição dos símbolos de resistência de nossa cultura, patrocinados pela expansão imobiliária em sintonia com o Estado.

O texto se aproxima muito mais da vertente *culturalista* britânica, sobretudo de E. P. Thompson. Esta pesquisa abre caminho para que novos estudos sobre a inserção do negro nas artes e ofícios se apresentem e preencham lacunas apontadas no decorrer de suas páginas, pois, pouco ainda se sabe sobre as sinuosidades e particularidades na inserção do homem “de cor” neste universo. Este livro é indicado para o público especializado que se propõe a levantar discussões de raça e classe no século XIX; e para àqueles que militam pela manutenção de suas raízes culturais.

Ao investir na interpretação da legislação, Reis alarga seu campo de visão, mas parece perder o “fôlego” da narrativa mais instigante em seu trabalho: as trajetórias dos personagens que compõe suas reflexões. Também não estou convencido de que os eventos de resistência e rebelião dos trabalhadores baianos do século XIX estiveram imbuídos de atitudes “ofensivas”. Acrescento que sua análise sobre o agrupamento dos artífices e oficiais, ao longo do século XIX, e o início do XX, foi acertada, uma vez que a autora não se torna refém de nenhuma das duas acepções discutidas: classe ou cor. “Nesse momento, muitas vezes, percebi fragmentos de um mesmo grupo, no qual o código racial esteve imensa importância” (p. 276). Este é um tema complexo e cheio de particularidades que a própria historiografia ainda não esvaziou. Apesar disso, nada pode retirar o brio deste trabalho. Por fim, mais estudos são necessários acerca do ingresso dos cativos e seus descendentes no mundo do trabalho livre, uma vez que há muitas lacunas sobre suas trajetórias individuais e organizações coletivas.